

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 1.527, DE 2019

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para estabelecer reserva de vagas destinadas a pessoas com deficiência nos concursos seletivos para ingresso em cursos de instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio.

Autor: Deputado LÉO MORAES

Relatora: Deputada DRA. SORAYA
MANATO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.527, de 2019, de autoria do nobre colega Deputado Léo Moraes propõe que seja alterada a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, *“para estabelecer reserva de vagas destinadas a pessoas com deficiência nos concursos seletivos para ingresso em cursos de instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio.”*

A proposição foi apresentada nesta Casa em 03 de março de 2019 e recebeu despacho por análise de mérito nas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Educação, e análise pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 24, II e Art. 54 RICD).

É proposta sujeita a apreciação conclusiva pelas comissões (Art. 24, II) e tramita em regime ordinário (Art. 151, III, RICD).

Tendo sido designada relatora da matéria pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência em 2019, ainda procedíamos



à análise da mesma quando se interpôs o hiato de trabalho das Comissões por força da situação de calamidade pública causada pela pandemia de Covid-19.

Retomados os trabalhos em março de 2021, cabe-nos apresentar o parecer que segue.

É o **relatório**.

II - VOTO DA RELATORA

A proposta do Deputado Leo Moraes com o Projeto de Lei nº 1.527, de 2019, é que seja acrescentado um artigo “5º-A” à Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, lei que estabelece a reserva de 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio a alunos de escolas públicas – a Lei das Cotas.

Transcrevemos o novo artigo “5º-A” em seu inteiro teor:

“Art. 5º-A. As instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 5% (cinco por cento) de suas vagas para candidatos com deficiência.”

É certo que houve grandes conquistas para a causa das pessoas com deficiência, a exemplo da grande conquista que foi a Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou LBI. Contudo, como bem consta da justificação à proposição, ainda que tenhamos avançado na legislação e nas políticas que combatem a discriminação e promovem a inclusão das pessoas com deficiência, *“ainda estamos longe de ser uma sociedade inclusiva, pois é muito difícil erradicar o preconceito e as barreiras legadas por uma longa história de discriminação.”*

Estou certa que todos compartilhamos todos da constatação acima citada. Não teremos dificuldade, portanto, de compartilhar também a proposta de caminho por onde passa a solução apresentada, que é o da inclusão pela educação. Prossegue a justificativa:



“Dessa forma, são necessárias medidas que, além de coibir a discriminação contra as pessoas com deficiência, promovam a sua inclusão. E, como é notório, um dos fatores mais eficazes para a inclusão social é a educação.”

A educação não é inclusiva apenas porque dá oportunidades de convivência com o diferente. Ela o é também porque promove oportunidades para que pessoas com deficiências desenvolvam seu potencial intelectual, ampliem sua participação cidadã e suas oportunidades de inclusão profissional.

Por este motivo nos manifestamos pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.527, de 2019**. Propomos, contudo, **substitutivo** que eleva o percentual de vagas reservadas a pessoas com deficiência dos 5% (cinco por cento) originalmente constantes da proposta, para 10% (dez por cento).

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada DRA. SORAYA MANATO
Relatora

2021-4539



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dra. Soraya Manato
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213713672900>



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.527, DE 2019

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para estabelecer reserva de vagas destinadas a pessoas com deficiência nos concursos seletivos para ingresso em cursos de instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 3º e 5º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção ao total de vagas, no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no *caput* deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.” (NR)

.....



Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção ao total de vagas, no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no *caput* deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. ” (NR)

Art. 2º A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 passa a vigorar acrescida de um novo artigo 5º-A.:

“Art. 5º-A. As instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 10% (dez por cento) de suas vagas para candidatos com deficiência, nos termos do art. 2º da Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ”

Parágrafo único. O mínimo de 10% de vagas reservadas a pessoas com deficiência, de que trata o *caput* do presente artigo será integralizado da seguinte forma:

I – 10% (dez por cento) incidentes sobre a parcela das vagas reservadas nos termos dos artigos 1º e 4º. desta lei, para estudantes, que tenham cursado integralmente o ensino médio ou o ensino fundamental II, conforme o caso, em escolas públicas.

II – 10% (dez por cento) incidentes sobre a parcela das vagas não incluídas na reserva de que trata os art. 1º e 4º. desta lei, para estudantes que concluíram o ensino médio ou ensino



fundamental II, conforme o caso, independentemente da categoria administrativa da escola onde estudaram.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada DRA. SORAYA MANATO
Relatora

2021-4539



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dra. Soraya Manato
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213713672900>

